



♦HABERMAS faz o confronto entre as categorias de técnica e de ciência, definindo a primeira como *o poder racionalizado cientificamente através de processos objectivados*. Salienta que relação entre o saber, a ciência e o político pode ser encarada de forma decisionista, de forma tecnocrática ou de forma pragmática. No modelo decisionista, os políticos *conservam fora dos âmbitos da praxis coactivamente racionalizados uma reserva em que as questões práticas devem continuar a decidir-se por meio de actos de vontade*. Já o modelo pragmatista considera que há uma comunicação recíproca onde os peritos aconselham os políticos que, por sua vez, os encarregam segundo as necessidades da prática. No modelo tecnocrático, os peritos são os verdadeiros soberanos e os políticos apenas tomam decisões fictícias. Num conúbio entre Weber e Marx, também Jürgen Habermas considera que *o Estado Moderno, que se forma em conexão com o tráfico mercantil das economias territoriais e nacionais em formação a partir das necessidades de uma administração financeira central, viu-se sempre remetido para a competência profissional de funcionários com preparação jurídica*. Isto é, para além de exércitos permanentes, surgiu uma administração permanente e *tiveram de aplicar mais uma arte do que uma ciência*.

O Estado resultaria da emergência das sociedades das chamadas culturas superiores (*civilizations*), em oposição às sociedades ditas mais primitivas, através de três elementos: - *existência de um poder central (organização estatal da dominação face à organização por parentesco)*; - *divisão da sociedade em classes socio-económicas - estar em vigor algum tipo de mundivivência central (mito, religião superior) que tem como fim uma legitimação eficaz da dominação*. Acontece que o Estado *parece ter de abandonar a substância da dominação em favor de uma inserção eficiente das técnicas disponíveis no enquadramento das estratégias impostas pelas próprias coisas - ele parece já não continuar a ser um aparelho para a imposição coactiva de interesses infundamentáveis por princípio e só sustentáveis em termos decisionistas, para se transformar num órgão de uma administração integralmente racional*